

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 21 de fevereiro de 2019

Horário de início: 14h15min

Horário de término: 16h30min

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Michele de Oliveira Soares (Secretaria Municipal de Saúde)

Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer)

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Demais participantes:

Antonina da Silva Mendonça (convidada)

Maria Izabel da Silva (convidada)

Elisa Chiesorin Baganha (convidada)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania) – Sala dos Conselhos

Pauta:

1ª. Esclarecimento sobre as reuniões realizadas por uma Comissão deste Conselho de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019

2ª. Ações que devem ser tomadas referente à minuta de Projeto de Lei, elaborada por este Conselho, referente à redução de Carga Horária de mães servidoras com filhos com deficiência.

3ª. Recomposição da Comissão Permanente deste Conselho de discussões de políticas referentes à pessoa com deficiência com as repartições públicas e outros segmentos dentro do município de Angra dos Reis

Assuntos discutidos /tratados:

A Presidente do CMDPD, Rita de Fátima, inicia a reunião dando as boas-vindas a todos e contando ser um ano muito importante em que espera que as entidades e o governo se entendam melhor. Ela também ressalta que no final do ano se elegerá uma nova Diretoria. Ela comenta ainda que leu a lei de criação do conselho para verificar sobre a renovação do mandato. Em seguida lê o primeiro item da pauta confirmando que a Comissão de trabalho não cessou a sua atuação nesse período e listando algumas atividades realizadas por esta. Em 13 de dezembro a Comissão elaborou relatório ao Ministério Público Estadual sobre a redução de carga horária das Mães Servidoras que têm filhos com deficiência. Esta ação deu visibilidade à minuta de Projeto de Lei protocolado para levar à plenária para conhecimento de demais de Vereadores, pois estiveram num encontro somente os Vereadores Flavinho, Titi Brasil, Jane Veiga e Luciana Valverde. A mesma comissão também enviou ofício para o Ministério Público Estadual com fotos de uma caminhada de cadeirantes e pessoas com outros tipos de deficiência para demonstrar a falta de mobilidade e acessibilidade do Município, e também enviou outro relatório para este Ministério sobre dificuldades de acesso ao Passe Livre. A conselheira Marilda esclarece que o CDA tem acesso ao laudo para aquisição de passe livre através das consultas dos pacientes desta entidade pelo psiquiatra e coordenador de saúde mental Stephan Malta, e assim, segundo ela, a instituição não tem tido problemas com este benefício. Ela ainda esclarece que o autista pode optar pelo cartão sem foto, o que agiliza o processo.

A participante da Reunião Antonieta, moradora de Camorim Grande, se apresenta contando que teve um acidente de carro que afetou a sua perna e o seu braço e que com isso pôs uma placa e 14 parafusos, além de perder parte dos ossos causando deficiência física parcial permanente, mas foi negado seu Passe Livre desde agosto de 2018. Ela diz que recorreu, mas ainda não conseguiu nem mesmo ter uma resposta. Marilda chama atenção que muitas vezes a Prefeitura não tem resposta do processo apesar da Empresa de Ônibus Bonfim já ter confeccionado o cartão, por uma falta de comunicação entre ambas. Antonieta explica que é paciente de Volta Redonda, mas mora em Angra dos Reis. Ela revela que não tem tido nenhum direito nesta cidade pela deficiência, enquanto que em Volta Redonda fez identificação no RG, Vale social e carteira do Detran, documentos que, no entanto, ela relata não ter lembrado de anexar ao processo junto à Prefeitura de Angra dos Reis e diz que sua solicitação de passe livre está parada na Secretaria de Saúde. A conselheira Jeruza confirma que a APAE continua com problemas em relação ao Passe Livre, principalmente no que se refere a laudos de nascimento, que não estão sendo aceitos no Processo, apesar de tratar de deficiência permanente (SIC). Jeruza diz que possuem uma parceria com a doutora Helen do Hospital de Praia Brava para atualização dos laudos.

Sobre a Comissão Permanente, Rita diz que dia 30 de janeiro estiveram em reunião com o Secretário Municipal de Saúde, com presença de representante do Setor de "Tratamento Fora Domicílio" (TFD) da referida Secretaria e também da Superintendência Municipal de Trânsito. A conselheira titular Michele, que substituiu a ex-conselheira Ângela, enquanto representante da Secretaria de Saúde, diz não entender porque a equipe de saúde estaria envolvida no trâmite de processos desta natureza quando a verba para Passe Livre não faz parte do trabalho da Saúde. Para Michele, se a Prefeitura que paga o benefício, não deveria estar na saúde estes processos, porque o único recurso que dispõe a saúde é somente para o acesso ao médico e ao laudo. Rita ressalta que a Comissão ainda retornou à Secretaria de Saúde no dia 18 de fevereiro para uma reunião marcada pelo Secretário de Saúde em que se daria um retorno da proposta feita na reunião anterior (Passe Livre), no entanto o Secretário não compareceu e enviou outra pessoa que não tinha informação sobre o assunto. Nesse momento a Comissão entendeu que não existe mais argumento para negociação do CMDPD para Passe Livre com os órgãos da Prefeitura. Diante dos impasses da não efetivação da Lei que contempla o Passe Livre é deliberado nesta Reunião Ordinária que não haverá mais nenhuma tentativa de negociação, e se põe em votação a possibilidade de envio de ofício ao Ministério Público Estadual para apreciação sobre a não adequação do Município à Lei do Passe Livre, colocando muitos deficientes em situação constrangedora, como serem barrados em ônibus, mesmo com deficiência física e dificuldade até para subir no veículo, como alguns exemplos citados. Em votação somente a representante da Secretaria Municipal de Saúde se absteve, sendo a primeira Reunião que esta conselheira participa. Rita sugere que haja uma Reunião Extraordinária para leitura e aprovação de todo e qualquer documento antes de ser enviado ao Ministério Público.

Rita esclarece que independente do Município ter ou não recurso para o benefício do Passe Livre, isto é da responsabilidade do Poder Público e que ao ser negado pode ser revisto em justiça, sendo assim, há um erro desnecessário desta Prefeitura em não conceder.

A conselheira Andreia Portugal opina que o problema não é de responsabilidade da Bonfim e sim uma carência de saúde pública. Rita esclarece que o ofício sobre essa questão foi respondido ao MP preservando o poder público, e dizendo que a Prefeitura estava se adequando à Lei, mas que agora não há mais possibilidade de aceitar esse tipo de problema.

Rita segue dizendo que Dr. André, Defensor Público Estadual no Município, em reunião dia 8 de janeiro, solicitou a todas as instituições as listas dos atendimentos de deficientes, pois ele quer saber o quantitativo de pessoas com dificuldade de Passe Livre e demais questões, especialmente pela possibilidade de retirada do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS) de muitas famílias.

Uma das participantes da reunião pontua que soube que o Programa “Minha Casa Minha Vida” não atendeu aos requisitos mínimos de número de deficientes, apesar de muitas requisições, inclusive do MP. Rita sugere fazer uma análise na Procuradoria sobre esse assunto. Questionou-se ainda sobre o cartão similar ao entregue nos CRAS pela SDSP que se ouviu dizer que vem sendo ofertado na Pestalozzi para consultas médicas. Nenhum presente na Reunião soube informar sobre o assunto. Jorge sugere que a equipe do conselho veja essas informações, especialmente junto com Vanessa Davies, que é a coordenadora da área de deficiência e juventude da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Rita esclarece ainda que o CMDPD tem uma Comissão da OAB Estadual à disposição deles, além de uma Comissão Permanente de trabalho, na qual precisava ser reformulada, conforme previa o último item da pauta da Reunião. Rita informa que uma das integrantes desta Comissão, a conselheira Cintia, está passando por gravidez de risco e que as outras integrantes, Elisa Baganha e Ester Souza, deixaram de ser conselheiras do CMDPD por motivos de força maior (SIC). O CMDPD fica de fazer contato com as entidades específicas solicitando a indicação de novas representantes para o mandato até Novembro de 2019.

Jorge Luís justifica a ausência da conselheira Leomárquia, e afirma que contudo ela permanecerá na Comissão Permanente do CMDPD. Rita pergunta se algum conselheiro do Poder Público teria interesse em participar da Comissão e ninguém se manifesta. É aprovado portanto, em unanimidade, que a Comissão Permanente de trabalho do CMDPD fica assim estabelecida: Rita de Fátima dos Santos; Jorge Luís da Silva Nunes; Leomarquia Gonçalves da Silva Libório; e Marilda Pires de Oliveira.

Marilda questiona sobre a semana de conscientização do autismo, que segundo ela foi instaurada nesta Prefeitura por um projeto do Vereador Cléber Antônio (Chapinha), mas que não se aplica na prática. Conta que já conseguiu em outro ano cartazes e folhetos no setor de comunicação desta Prefeitura e que agora isto não tem mais ocorrido, deixando todas as despesas de evento para o CDA, como o Ofício para a Superintendência Municipal de Trânsito para liberar a rua, a aquisição de carro, doações para o café e em resumo toda organização e patrocínio dos eventos. A Unidade de Tratamento Diferenciado / Transtorno do Espectro Autista (UTD /TEA) participaria como convidada e comunicando às famílias. Ela propõe a solicitação de envolvimento do gestor por Ofício e citou a Lei 3.334 de prioridade especial do autista em filas, inclusive em agências bancárias. Rita propõe além de afixar cartazes uma reunião com a Câmara Diretora de Lojistas (CDL) e representantes de bancos para informar o que é o autismo e suas especificidades, pois para ela, independente do comportamento do deficiente, a família tem a obrigação de apresentar o documento que identifica que a pessoa é autista no mesmo momento em que chega a qualquer fila. A reunião se encerra às 16:30h.

Informes:

Rita informa que Carlos Bambu da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer emprestará um carro Gol para a AADEF quando necessário.

A conselheira Andreia Portugal informa que haverá um projeto de oferta de natação para crianças deficientes intelectuais no GDV da Jacuecanga toda quarta-feira, a partir do dia 13 de Março, sendo dos 7 aos 12 anos das 15:15 às 16 horas e dos 8 aos 12 anos de 16 às 16:45 horas.

Marilda informa que o CDA promoverá dia 2 de Abril, Dia Nacional do Autismo, uma passeata pela cidade de conscientização da população sobre o assunto.

Deliberações:

Delibera-se, com uma única abstenção, pela elaboração de ofício ao Ministério Público Estadual para apreciação sobre a não adequação do Município à Lei do Passe Livre.

Em unanimidade a plenária aprova a seguinte Comissão permanente de trabalho do CMDPD: Rita de Fátima dos Santos; Jorge Luís da Silva Nunes; Leomarquia Gonçalves da Silva Libório; e Marilda Pires de Oliveira.

Encaminhamentos:

A equipe deste Conselho deve verificar informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e também sobre o cartão de passagem da SDSP ser fornecido ou não para as entidades.

Deve ser solicitado um esclarecimento à Procuradoria Municipal sobre o número de deficientes contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida, para que sejam tomadas as providências cabíveis caso seja insuficiente.

Será feito contato com as entidades Pestalozzi e CDA buscando a substituição de seus representantes.

Será agendada uma reunião com a Câmara Diretora de Lojistas (CDL) e representantes de bancos para informar o que é o autismo e suas especificidades, além da lei de prioridade especial de atendimento à pessoa com Transtorno do Especto Autista (TEA).

Presidente do CMDPD

Secretário Administrativo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 16 de maio de 2019

Horário de início: 14h15min

Horário de término: 16h

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria de Educação)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Paulo Henrique Gomes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (representantes de trabalhadores de setores que atuam com a Pessoa com Deficiência)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Demais participantes:

Cláudio Franco (Secretaria de Administração)

Denise da Silva Aguiar (OAB/RJ 159567)

Elisa Chiesorin Baganha (servidora mãe de criança com deficiência)

Adriana C. Damázio (Comissão de Divulgação do Autismo)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Emanuel Oliveira do Nascimento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Pauta:

1ª. Retorno sobre as ações em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida

2ª Avaliação da possibilidade da realização de Conferencia Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência na atual conjuntura politica.

3ª Esclarecimento sobre a Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência.

4ª Planejamento junto ao CDA sobre o Dia do Orgulho Autista (18 de junho)

Assuntos discutidos /tratados:

A presidente do CMDPD, Rita de Fátima discorre informalmente sobre a minuta de Projeto de Lei que foi aprovada pela Câmara Municipal indicando alteração do Estatuto do servidor em relação a carga horaria das mães servidoras, faltando a aprovação do Prefeito de acordo com as condições orçamentarias (estudo de verificação da possibilidade de causar algum tipo de prejuízo para Administração Pública a longo prazo). Os conselheiros opinam livremente, e apesar de o assunto estar fora da pauta assumem preferir aproveitar a presença do superintendente da Secretaria de Administração municipal, Cláudio Franco, e da representante da OAB, advogada Denise Aguiar, que haviam sido convidados pelo CMDPD para esta reunião por sugestão do Prefeito Municipal Fernando Antônio Ceciliano Jordão. Franco se colocou à disposição para apreciação do projeto de redução de Carga Horária das servidoras que têm filhos com deficiência neste momento, mas este Conselho se posicionou a favor de que a lei não contemple somente estas mulheres que não chegam nem a 30 e sim que possa se estender a todas que vierem a fazer o concurso no futuro, pois no momento o Estatuto do Servidor define que “poderá” haver redução, deixando assim a critério da administração pública esta concessão, que alegando a necessidade de serviço deixou de beneficiar o direito que usufruíam há mais de 10 anos. Franco diz que se for colocado no estatuto de servidor, abrirá um precedente para outros funcionários também entrarem com processo e ele diz que esta redução da carga horária prejudicaria o sistema de trabalho se referindo especialmente a professores e médicos salientando que alguns funcionários recebem o suficiente para contratar “babás” para tomar conta da criança deficiente. Rita discorda dizendo que não tem pessoas qualificadas para o caso que está sendo tratado e também disse que consta nos processos alguns laudos médicos atestando necessidade da presença da mãe em alguns momentos. Denise Aguiar disse que o melhor é levar a proposta para ser inserida na Lei Orgânica Municipal via Câmara. Ele então solicitou que Rita levasse os processos e fosse conversar com ele. O conselheiro Jorge diz que Franco já tinha conhecimento deste fato já que estava na Secretaria de Administração na ocasião da visita de Jorge ao Sr Secretário Carlos Macedo. O conselho decide então juntar as cópias do processo e entregar ao defensor Dr André conforme combinado anteriormente em reunião com o próprio no dia 8 de janeiro. Rita também chama atenção ao aumento do número de pessoas com deficiência na cidade pois o CDA por exemplo atendia cerca de 20 autistas e hoje já passam de 120 e com fila de espera. Denise conta que já teve experiência em mudanças de lei federais e estaduais e que provavelmente segue o mesmo tramite. Em relação ao primeiro item de pauta, Programa Minha Casa Minha Vida, se passa as ações realizadas e um participante relata que pode conseguir judicialmente o domicílio, mas que teme o risco de vida. Rita também cita as questões de violência urbana citado por moradores do condomínio, fazendo muitos desistirem do benefício e sair da moradia. Em relação ao segundo item de pauta, a Conferência, a conselheira Ângela Sena fica de enviar documento do Conselho Estadual a respeito. A Plenária decide que não pode haver deliberações com apenas um representante do governo e que alguns devem ser convocados com urgência (especialmente Secretaria de Cultura e de Desenvolvimento Social). O CDA informou sobre as ações do “Dia do Orgulho Autista”, que ocorrerá o dia inteiro no Aquidabã, quarto item da pauta, que será repetida em próximo encontro, se houver paridade. A presidente encerra a reunião.

Informes:

O CDA informou sobre as ações do “Dia do Orgulho Autista”, que ocorrerá o dia inteiro no Aquidabã.

Deliberações:

Não houve por falta de quorum.

Encaminhamentos:

Ângela Sena fica de enviar e-mail que recebeu do Conselho Estadual a respeito da Conferência da Pessoa com Deficiência no Estado, e a recomendação para os municípios.

Deve ser elaborado um ofício às Secretarias de Governo solicitando a presença nas reuniões do Conselho, ou envio de novos representantes.

Presidente do CMDPD

Secretário Administrativo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 27 de junho de 2019

Horário de início: 14h15min

Horário de término: 16h45min

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Paulo Henrique Gomes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

Arlene Mattos de Aguiar (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Antonina da Silva Mendonça (Pessoa com deficiência do Camorim)

Érica do Nascimento Santos (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Miquilina Maria Figueiredo Ribeiro (Escola Municipal de Educação de Surdos - EMES)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Pauta:

1ª. Informações sobre diagnóstico e plano de ação apresentado pelo Fórum Comunitário do Parque Mambucaba;

2ª Apreciação de Relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social sobre as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social;

3ª Informações gerais sobre o convênio entre o CMDPD e o Ministério Público Federal do Trabalho;

4ª Proposta de elaboração de audiência pública sobre as realizações do CMDPD e as necessidades da política pública das pessoas com deficientes na cidade de Angra dos Reis;

5ª Revisão da Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência.

Assuntos discutidos /tratados:

A Reunião se inicia às 14:15 horas com a fala da conselheira Vanessa Davies informando que precisa se ausentar às 15 horas para uma reunião, mas tem interesse em discutir o Segundo item da Pauta acerca do relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social no que tange as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social, que ela revela não ter tido conhecimento. Solicita a antecipação do tema e os demais conselheiros concordam. Vanessa Trindade esclarece que trata-se de requisição do Ministério Público Estadual solicitando a manifestação deste Conselho. Vanessa Trindade expõe que de acordo com a Presidente do CMDPD Rita e com vice-presidente do CMDPD Jorge Nunes seria interessante uma visita por um grupo ou comissão de fiscalização. Todos os conselheiros presentes concordam. Rita chega à Reunião e Vanessa Trindade realiza a leitura do Relatório incluindo um quadro demonstrativo que responde sobre os sete CRAS, o Centro de Atenção à População de Rua, a Casa Abrigo e o CREAS. No item 5 deste Quadro sobre a condição de “comunicação e sinalização para pessoas com deficiência auditiva e visual” no CREAS, a participante assistente social Miquilina pondera que não há intérprete para atendimento de surdos no CREAS, e sendo assim não se atende aos requisitos da Lei de inclusão quanto à acessibilidade, tampouco a específica sobre a linguagem de libras. A profissional também chama atenção sobre a necessidade de uma Central de intérpretes municipal, e também da possibilidade de capacitação de recursos humanos. Cita que a última Conferência de assistência e de saúde prevê essa proposta como deliberação, assim como a Conferência da pessoa com deficiência que ocorreu em 2015. Além disso haveria tido uma reunião do Departamento do EMES com Cássia, secretária executiva de assistência social, Vanessa Davies, coordenadora da pessoa com deficiência e juventude, Ana Elisa (Lilica), gerente da Proteção Social Básica, Cristina, diretora da escola de surdos e uma assistente social, no início do ano, na qual, segundo ela, Cássia ficou de elaborar um novo projeto para atender a Lei. Vanessa Trindade informa que este Conselho já elaborou em 2014 um projeto, contando com mais de 600 assinaturas, e que foi entregue na Superintendência de Políticas Públicas, conforme Ofício nº 038/CMDPD/2017 em 27/07/2017. Miquilina explica que também foi entregue cópia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Ela ressalta a dificuldade do avanço de seriação das pessoas com deficiência intelectual e a questão da terminalidade, pois a escola convencional não vê evolução de alguns alunos que crê não ter possibilidade de avanço de desenvolvimento cognitivo, o que requer um Atendimento Educacional Especializado (AEE). A conselheira Ângela Sena explicou que dispõe deste trabalho individualizado ou em pequenos grupos na entidade da Pestalozzi. Ressalta a necessidade de um Centro-dia da pessoa com deficiência, também já deliberado em Conferências Públicas, e que Miquilina revela que também atenderia pessoas estagnadas não só pelo processo de educação formal e sim por não se verem produtivas, especialmente os deficientes intelectuais adultos. Sobre este assunto a Conselheira Marilda chamou atenção que essa é uma grande preocupação em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que o CDA já solicitou um Centro de Referência específico para este público em

que a UTD estaria dentro desta unidade e segundo a Conselheira Renata também as outras secretarias devem compôr este serviço. A participante Érica discorre que segundo a Lei 12.764 o autismo é visto como questão social e não psiquiátrica e a discussão prossegue sobre saúde mental e psicologia. Marilda cita que o CAPSi está longe de atender o autista pois não é capacitado pela especificidade desta deficiência. Discute que acha um absurdo quando na educação entregam de volta os filhos para a família por não saberem lidar com a crise. Miquilina explica que a obrigação da escola é de interagir e não de conter a criança e que cabe a saúde o controle de crise e tratamento. Marilda informa que o projeto do CDA do Centro de referência do autista já foi levado para o Governo e está em terceira reunião com todas as pastas envolvidas, pois não há nenhuma ação ou espaço para o autista adulto no município (SIC). Miquilina sugere um estudo do Documento Nacional de Tipificação de 2009, em que se especifica a faixa etária e as ações para cada grupo social em serviços de convivência e oficinas. A conselheira Ângela discursa sobre a dificuldade da porta de saída da Pestalozzi, pois há uma fila de espera e ao mesmo tempo é difícil dispensar um senhor de 54 anos por exemplo. Ela diz que negocia a saída com a família para dar vagas a outras pessoas que precisam mais, e mesmo assim é complicado porque verifica que ao sair, as pessoas com deficiência vivenciam uma enorme angústia por não ter mais um local adequado de acolhimento e amparo. Ângela explica que o Regimento Interno da entidade de 2012, que não foi ela que elaborou, diz que não devem atender autistas, e que inclusive a Federação Nacional da Pestalozzi solicitou um relatório sobre isso, e assim o centro de convivência contribuiria muito. Ela conta que tem visitado diversos municípios por todo o Brasil e que em Mato do Grosso do Sul viu uma experiência fantástica de um Centro de convivência, e que muitos municípios dispõem de amplo recurso para aplicar. Ela explica então que o autismo é uma condição psicossocial e que a intervenção não deve ser da Pestalozzi, a não ser que a pessoa tenha alguma comorbidade. Miquilina chama atenção da necessidade de aumento de Recursos Humanos na Saúde, pois não tem fonoaudiólogos nem neurologistas suficientes. Relata que buscam abrir uma unidade de audiometria na EMES e que ainda o município só dispõe de duas neurologistas, ambas de férias. Os demais conselheiros acrescentaram a falta de psicólogos, e que isso envolve a política de saúde e de educação, além da falta de psiquiatras e terapeutas ocupacionais para cobrir o CAPSII e o CEM. Deliberam sobre elaborar um Ofício para requisitar estes profissionais à Secretaria Municipal de Saúde. Sobre o primeiro item da Pauta, Miquilina elogia este tipo de Fórum que realiza um diagnóstico com apoio da própria comunidade, listando o real e o ideal, além dos atores envolvidos. Rita informa que enviará um Ofício solicitando o Calendário das reuniões para conhecer melhor. E o conselheiro Jorge sugere que se convide também uma representante deste para reunião do CMDPD e assim se estreitar o laço deste Fórum com o conselho. Sobre o quinto item da pauta, se delibera ser apresentado 1 filme por mês, sextas-feiras, às 15 horas, no Teatro Municipal, iniciando a partir do dia 09/08 com “Outro Olhar” (Charbel Gabriel), em parceria com a VideoCamp que cederá os filmes de forma legalizada e o CEDERJ que cederia o equipamento de transmissão. Jorge informa que por questões familiares precisa se retirar e sai. Segue-se para o

terceiro item da pauta e Rita explica que Renato Silva Baptista, promotor de justiça do Ministério Público Federal do Trabalho havia solicitado reunião com as entidades sem citar o assunto e assim se reuniu somente com ela, representando a AADEF e Bárbara, representante da Pestalozzi. O Promotor requisitou o registro das entidades presentes e somente a Pestalozzi estava apta a receber recurso do MP, por isso recebeu verba para Projeto de cadastramento de deficientes ao mercado de trabalho, na qual já iniciaram a divulgação. Ângela e Rita apresentam cartazes e folders já elaborados com as datas de cadastramento e informam que a abertura deste cadastramento será dia 6 de julho e o Banco de dados deverá ser finalizado até 6 de agosto. Miquilina questiona o que teria motivado esta ação e Rita explica que foram as multas aplicadas às empresas que não cumpriam a lei da cota de vagas para deficientes. Rita diz que não vê problemas em apenas uma entidade ter recebido verba já que o Ministério Público do Trabalho não tinha interesse em empenhar recurso em Fundo Público e sim direto para sociedade civil, que prestará contas ao fim de todo processo, e também porque será em prol de todos já que “todos somos Conselho de Pessoa com Deficiência”. Rita cita que uma ação como de promoção do centro-dia para autista é isolada quando deveria incluir todas as deficiências e os conselheiros concordam. Ela relata que Renato virá ao Município para saber mais sobre as entidades do Município na segunda-feira 15/07. Ângela convida Miquilina e Paulo para esta reunião. Miquilina sugere o psicólogo Sérgio que possui empresa de consultoria e capacita empresas. Ângela diz que as entidades não podem ficar presas às rotinas de trabalho e devem buscar parcerias, citando a ONG Rio Solidário da cidade do Rio de Janeiro que atende todo o Estado. Ela conta que Marcos Castilho, que é presidente do CONADE é uma pessoa aberta e que manteve alguns avanços apesar da suspensão dos conselhos pelo atual presidente do Brasil. Ela informou sobre um congresso em Maceió que ocorrerá neste ano com pessoas importantes como o chefe do Censo e pessoas de Brasília além de ressaltar a importância de se montar um seminário para discutir educação e saúde dentro do município na qual ela teria disposição de hospedagem, seja pela casa dela muito ampla ou pelo apart-hotel do marido, mas que não teria a passagem de ônibus ou avião para custear os palestrantes, mesmo que não tenham cachê. Miquilina parabeniza os conselheiros na atual conjuntura por terem dado continuidade ao trabalho e pelas conquistas. Rita pontua que o tema do item 4 da Pauta será discutido posteriormente já que há uma previsão de ser realizada em Outubro.

Informes:

Não há.

Deliberações:

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício ao Fórum Comunitário do Parque Mambucaba solicitando calendário de reuniões e outro para o Ministério Público Estadual solicitando ampliação do prazo de resposta sobre a acessibilidade dos equipamentos de

Assistência Social.

Os conselheiros deliberam sobre elaborar um Ofício para requisitar profissionais à Secretaria Municipal de Saúde.

A Plenária delibera sobre a necessidade de visitas aos equipamentos da rede municipal de assistência social para avaliar suas condições de acessibilidade.

Encaminhamentos:

O CMDPD elaborará um ofício para a Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio a fim de obter autorização do uso do auditório do Teatro Municipal e de datashow junto ao CEDERJ para transmitir o filme dia 09/08/2019.

Presidente do CMDPD

Secretária Administrativo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 18 de julho de 2019

Horário de início: 14h50min

Horário de término: 16h

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria Executiva de Meio Ambiente)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Aparecida Cristina Perfeito dos Santos (Superintendência de Administração)

Pauta:

1ª. Formação de uma Comissão de Fiscalização sobre as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social;

2ª Proposta de elaboração de audiência pública sobre as realizações do CMDPD e as necessidades da política pública das pessoas com deficientes na cidade de Angra dos Reis;

3ª Organização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (21 de setembro)

Assuntos discutidos /tratados:

A Reunião se inicia com a fala da Presidente Rita sobre o Terceiro Item da Pauta, o evento alusivo ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (21 de setembro) na qual ela sugere uma Audiência Pública comemorativa fazendo um resumo das ações do Conselho (Segundo Item da Pauta), especialmente devido ao alcance para todos através da TV Câmara aumentando o respeito coletivo às Pessoas com Deficiência. A princípio se pensou o dia 25 de setembro, mas seria muito próximo para Comissão de Trabalho do CMDPD produzir um relatório detalhado de seus feitos já

revisado e tudo, então se aprovou o dia 27 de novembro de 2019 (também uma quarta-feira). O conselheiro e Vice-presidente do CMDPD Jorge Nunes coloca que esteve na Câmara e que foi orientado que uma Audiência Pública pode ocorrer de duas formas: convocada pelo CMDPD solicitando somente o espaço e tendo apoio de apenas 1 vereador, e assim sem deliberação, ou solicitada à Comissão de Assistência que faria tudo que fosse necessário (SIC). Rita conta sobre a ação do 1º Cadastramento de Pessoas com Deficiência na cidade, citado na última Reunião, que enfrentou questões de tráfico junto aos territórios, principalmente no Camorim. Ela cita que a inclusão de monoculares, gogos etc. na pauta dos direitos de pessoas com deficiência restringe os que possuem barreiras maiores, confundindo ainda mais a população e reduzindo os direitos dos deficientes de fato, pois as empresas, por exemplo, se agarrarão nestas brechas para contratar pessoas com deficiências parciais e não de limitações mais severas (SIC). Sobre o Primeiro Item da Pauta, fica decidido que o CMDPD elaborará um Relatório sobre os equipamentos da rede municipal de assistência social com base nas visitas já realizadas nos CRAS ressaltando a avaliação das condições de acessibilidade para dar a resposta ao Ofício do Ministério Público. A Plenária aprova então em não criar a Comissão de Fiscalização e valer-se das assinaturas de Ângela, Bárbara, Vanessa Davies e Rita de Fátima neste Relatório, por estas terem conhecido estes espaços. Rita se queixa de problemas que a política da pessoa com deficiência vem enfrentando no município. O SAMU (telefone 192), por exemplo, não atende deficientes se outra pessoa que não vive na mesma comunidade (vizinhança) ligar pedindo qualquer tipo de apoio (SIC). O conselheiro Fabiano diz que a Defesa Civil mantém um cadastro onde anota local que vivem as pessoas com deficiência. Rita pondera que o conselho deveria reunir os dados dos vários órgãos e entidades sobre este público. Retomando o Terceiro Item da Pauta, os conselheiros deliberam sobre elaborar um encontro (Ciclo de Palestras) numa manhã do dia 26 de setembro em que será elaborado ainda o tema, mas deve conter a discussão sobre aposentadoria e pensão da Pessoa com Deficiência.

Informes:

Sobre o andamento da Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência, o Teatro contou que só pode reservar com 1 semana de antecedência. Ainda assim fica mantida a data de 9 de agosto para Primeira Exibição

Jorge Nunes informa que dia 28 de julho o Conselho Nacional terá uma resposta sobre a justificativa para sua existência/ permanência e em agosto se reunirá para decidir sobre uma Conferência de Direitos da Pessoa com Deficiência para 2020.

Deliberações:

Fica decidido que o CMDPD elaborará um Relatório sobre os equipamentos da rede municipal de assistência social com base nas visitas já realizadas nos CRAS ressaltando a avaliação das condições de acessibilidade para dar a resposta ao Ofício do Ministério Público.

Os conselheiros deliberam sobre elaborar um encontro (Ciclo de Palestras) numa manhã do dia 26 de setembro em que será elaborado ainda o tema, mas deve conter a discussão sobre aposentadoria e pensão da Pessoa com Deficiência.

Encaminhamentos:

O CMDPD elaborará um ofício solicitando o espaço do Aquidabã em primeiro lugar (ficando de falar com Marilda), em segundo lugar ver a possibilidade do CEAV, em terceiro lugar a Defesa Civil, e em quarto lugar a Escola Municipal Júlio Laranjeiras e convidará como palestrantes Marco Castilho (CONADE), Dr. Caio (advogado OAB), Dr. Leonardo Canônico (MP Estadual), Dr. Igor Miranda (MP Federal), Defesa Civil, Bombeiros, Eletronuclear.

Presidente do CMDPD

Secretário Administrativo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 29 de agosto de 2019

Horário de início: 14h30min

Horário de término: 16h

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

Adriana C. Damázio (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Arlene Mattos de Aguiar (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Pauta:

1ª. Organização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (26 de setembro)

2ª Retorno sobre a apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência e possibilidade de agendamento de nova data.

Assuntos discutidos /tratados:

Enquanto os conselheiros aguardam a Presidente do CMDPD, Vanessa Davies faz alguns questionamentos sobre a Pauta. No primeiro item da Pauta, sobre a organização do Evento "Ciclo de palestras" do dia 26 de setembro, ela sugere que seja convidada a coordenadora do Cadastro Único/ Bolsa Família, Mariana Ferreira, para também discursar sobre o Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) no município, assim, esse horário seria às 10:30 horas, enquanto Caio Sousa, da OAB, seria transferido para 12:30 horas. Todos concordam. Vanessa Trindade fica de enviar e-mail para formalizar o pedido. Foi deliberado ainda que Vanessa Trindade e a conselheira Lucinda ficarão responsáveis pela recepção dos participantes no dia do evento entre 8:30 e 9:30 horas. Sugere-se ainda que seja convidada a Associação do Comércio e a Eletronuclear. Em relação ao certificado do evento, Vanessa Davies

considera ser um custo desnecessário, uma vez que somente universitários precisam para carga horária extra-curricular. A Plenária decide então emitir Declaração de participação somente para quem dela precisar, a partir de requerimento via Sala dos Conselhos posteriormente. Vanessa Trindade informa que sugeriu à equipe do Acessuas Trabalho uma atividade de capacitação junto aos deficientes cadastrados para o mercado de trabalho pela Pestalozzi e ADEF. Esta equipe é responsável pelo Programa de inclusão de algumas pessoas em situação de pobreza e desemprego, inscritas no Cadastro único e com mais de 18 anos. O grupo oferece palestras relacionadas à elaboração de currículo, apresentação pessoal, cuidados com a carteira de trabalho, emissão de documentos, como se portar numa entrevista etc. A presidente do CMDPD Rita chega com atraso, às 14:50 horas, em função do transporte que havia ido buscá-la e pede esclarecimentos. Vanessa Davies explica e ainda acrescenta que os integrantes deste programa também se tornam mais preparados para a análise de seus direitos em relação à hora extra, adicional noturno entre outras orientações trabalhistas e previdenciárias. Rita coloca que fica insegura sobre a implementação desta ação sem o aval do Ministério Público Federal, uma vez que este não autorizou a divulgação dessa lista de candidatos que as empresas poderiam contratar. Vanessa Trindade explica que o interesse do programa seria somente qualificar as pessoas com deficiência desta listagem, para que quando houvesse oportunidade estivessem mais aptas em função das habilidades adquiridas, diante das exigências empresariais. Ela ainda cita que não é necessário o nome e telefone destas pessoas e sim somente o perfil (tipo de deficiência e local de moradia, por exemplo) para que seja planejado como seriam estas palestras, porque pode haver necessidade de intérprete de libras, local acessível etc. Vanessa Trindade cita que ela, juntamente ao vice-presidente Jorge Nunes, opinam pelo dia 23 de setembro (segunda-feira) para o encontro destes cadastrados para o mercado de trabalho com o Acessuas, e pelo local do CEAV para a primeira turma, assim poderiam solicitar a mudança de data da reserva do CEAV ao invés do cancelamento. Vanessa Davies sugere que essa capacitação seja em outubro em função dos diversos eventos já programados para o mês de setembro. Todos concordam, contudo o assunto será rediscutido na próxima Reunião Ordinária para maiores esclarecimentos. Vanessa Trindade esclarece que para o dia 26 de setembro ficou reservado tanto o Iate Clube Aquidabã, que foi a escolha inicial dos conselheiros, como o Colégio Estadual Dr Artur Vargas (CEAV), que seria a segunda opção, mas foi solicitado pela demora de resposta do Aquidabã. Ela argumenta que o CEAV é mais acessível, por se localizar no centro, mas os conselheiros permanecem com a escolha do Aquidabã. Vanessa Davies assume a responsabilidade de organizar toda a estrutura de cadeiras, som etc. no Aquidabã ficando para Sala de Conselho somente o convite e divulgação do evento no município. Vanessa Davies também se compromete a organizar uma ação no dia 20 de setembro alusiva ao Dia Nacional da pessoa com deficiência, possivelmente na Praça da Matriz, com uma Caminhada e diversas atividades e oficinas gratuitas, na qual relata ser importante a presença das cadeirantes, também para participação com a Dança que realizam (Projeto SuperAção). Ela questiona a localização exata deste projeto, se seria numa sede da ADEF e Rita

explica que é uma parceria da entidade com a Escola Municipal Cleusa Jordão, pois a professora Iolanda usa uma sala desta escola (SIC). Rita pergunta se a Secretaria de Desenvolvimento Social custearia o almoço delas e Vanessa Davies diz que sim. Rita então requisita que a Sala dos Conselhos faça um Ofício solicitando transporte para que elas permaneçam neste Dia de Luta das 9 às 16 horas. Vanessa Trindade informa sobre Edital do Ministério da Cidadania e do Ministério da Justiça na qual a Secretaria de Desenvolvimento Social concorre requisitando um micro-ônibus para o Centro-dia da Pessoa com Deficiência que será implementado e um micro-ônibus para o CRAS volante e outro para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Vanessa Davies explica que o município é avaliado em função de uma pontuação para todo o Brasil e que por isso não é recomendável que este Conselho possa contar com este tipo de aquisição que irá contemplar apenas alguns municípios. Vanessa Trindade explica que informou aos conselheiros para que, caso o município seja beneficiado, estes não sejam pegos de surpresa, uma vez que o assunto passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), foi deliberado e se encontra publicado em Resoluções. Opina que todos os assuntos relacionados ao público com deficiência devem passar pela ciência deste Conselho, mas que muitas vezes os próprios conselheiros não informam de ações que são realizadas pelas suas Secretarias, e argumenta que o curso de cuidador de idoso promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, por exemplo, não havia sido informado no Conselho Municipal do idoso. Vanessa Trindade informa também que recebeu Ofício do MP (Notificação 132) agendando uma Reunião com o CMDPD no dia 02/10 às 16 horas. Sem mais assuntos a reunião se encerra.

Informes:

- Parceria com Acessuas no que se refere à capacitação dos Cadastrados com Deficiência junto à Pestalozzi para o Mercado de Trabalho;
- Requisição junto ao Ministério da Cidadania de microônibus para o Centro-Dia da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa e CRAS Volante;
- Ofício MP (Notificação 132) agendando uma Reunião com o CMDPD no dia 02/10 às 16 h.

Deliberações:

Vanessa Trindade fica de enviar e-mail para a coordenadora do Cadastro Único/ Bolsa Família, Mariana Ferreira, para discursar sobre o Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) no município, às 10:30 horas no Ciclo de Palestras.

Foi deliberado ainda que Vanessa Trindade e a conselheira Lucinda ficarão responsáveis pela recepção dos participantes no dia do evento entre 8:30 e 9:30 horas.

A Plenária decide então emitir Declaração de participação do Ciclo de Palestras somente para quem dela precisar, a partir de requerimento via Sala dos Conselhos posteriormente.

Encaminhamentos:

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício para Associação do Comércio e a Eletronuclear convidando para o Ciclo de Palestras.

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício à Defensoria Pública com os processos de mães servidoras requisitando Redução de Carga Horária.

A Sala dos Conselhos ficou de fazer um Ofício solicitando transporte para que as cadeirantes permaneçam no evento do Dia 20 de setembro das 9 às 16 horas.

Presidente do CMDPD

Secretária Administrativa do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 10 de outubro de 2019

Horário de início: 14h30min

Horário de término: 16h20min

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Bethânia Neves Sampaio Coelho (Instituto Nacional do Seguro Social)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria Municipal De Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade)

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – SDSP)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

André Fabiano de Oliveira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – ACESSUAS)

Fernando José de Melo Rodrigues (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – ACESSUAS)

Luciano Nóbrega (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – ACESSUAS)

Daniele Gatto (mãe participante do CDA)

Eliziane de Freitas Aguiar Pereira (Cadastro Único/ Bolsa Família)

Emanuel Oliveira do Nascimento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Mariana Ferreira Souza (Coordenação do Cadastro Único/ Bolsa Família)

Joice B. Da Silva (usuária da Japuíba)

Miquilina Maria Figueiredo Ribeiro (Escola Municipal de Educação de Surdos – EMES)

Thales Magno D. Costa (morador do Balneário)

Sara Antero da Silva (moradora do Parque Belém)

Vanessa Ferreira Queiroz (CRAS Belém)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Pauta:

1ª. Apreciação e discussão pelo CMDPD sobre a proposta do Acessuas, relacionada à inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho;

2ª. Discussão sobre problemas existentes no fluxo dos processos referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), junto ao INSS;

3ª. Planejamento do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro)

Assuntos discutidos /tratados:

A Presidente do CMDPD Rita inicia a reunião saudando a todos e agradecendo a presença. Passa a palavra para Fernando, da equipe do Acessuas Trabalho, que explica sobre as atividades que desenvolvem para população de 14 a 59 anos com Cadastro Único e distribui folders informativos e modelos de documentos adotados. O ciclo de oficinas conta com oito momentos: 1) Estilo de vida e comportamento profissional; 2) Conhecimentos, Habilidades e Atitudes; 3) Como elaborar um currículo; 4) Entrevista de emprego e dinâmica; 5) Construindo o Plano de carreira; 6) O mundo do empreendedorismo; 7) Direitos e Deveres do trabalhador; 8) Mapa de oportunidades. Ele conta que o Acessuas já possui dois anos de existência somando experiências para cerca de 530 pessoas e informa ainda que já atenderam pessoas com deficiência, mas que percebem que agora precisam modificar as estratégias para este público, como por exemplo, fornecer uma assessoria às empresas para adaptar os gerentes à necessidade de inclusão. Explica que ele e os outros dois trabalhadores do Programa, também presentes nesta Reunião, estão na área da Administração (ele e um deles formado e o outro concluindo o curso de graduação) e que eles têm interesse numa atividade de capacitação junto aos deficientes cadastrados para o mercado de trabalho pela Pestalozzi, ADEF e o Ministério Público do Trabalho. Conta também que realizam atendimentos individuais na Secretaria de Desenvolvimento Social para inscrição e isenção em todo e qualquer curso ou concurso que o usuário de Cadastro Único busque. Rita deixa claro que consultou os usuários do BPC antes de realizar cadastro para inclusão no mercado de trabalho, inclusive alertando sobre o risco de perda do benefício. Ela alega que as condições de transporte são péssimas e muitas vezes o deficiente não consegue satisfação mesmo quando ocupa uma vaga em empresa. A assistente social Miquilina alerta sobre o perigo dessa postura que acaba não confiando na capacidade da pessoa com deficiência e diz que não se pode deixar de lutar se justificando com uma barreira. Rita diz que preocupa-se em gerar expectativas neste público sem as vagas de emprego. É decidido que haverá uma nova reunião com Ministério Público do Trabalho e as entidades representantes deste cadastro. Miquilina chama atenção para importância da Captação e ao mesmo tempo da Adaptação da empresa. Fernando cita uma pessoa com deficiência auditiva (Elano) que é um exemplo de superação e que conseguiu emprego na Drogeria

Pacheco. Miquilina diz que ele já não estava mais tão satisfeito, por uma redução do salário (porque antes tinha algum tipo de bonificação pela venda) e pela sobrecarga (profissional multitarefa). A assistente social Miquilina chama atenção para estes 3 links: 1) a importância de desenvolver parcerias como com o Acessuas, que é um primeiro passo que já foi dado; 2) o Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) às vezes é entendido como melhor do que as condições de trabalho já que garante 1 salário mínimo, enquanto o profissional de carteira assinada por vezes recebe menos que 1 salário por conta dos descontos além das despesas com alimentação e transporte; 3) a necessidade do estímulo ao mercado de trabalho, mesmo com o BPC, pela adaptação das empresas. Bethania, assistente Social do INSS se apresenta e diz que foi convidada para esclarecer dúvidas referentes as mudanças relativas ao requerimento e manutenção do BPC no INSS. Antes, esclarece que algumas leis federais foram implementadas para beneficiar pessoas com deficiências inseridas no mercado de trabalho, assim como a aposentadoria com critérios diferenciados, a saber, a Lei Complementar 142/2013. Em outra lei de 2011, o deficiente que fosse contratado por meio do jovem aprendiz poderia manter o direito ao benefício LOAS, e nos casos de emprego com carteira assinada, seria possível pedir a suspensão provisória do BPC e caso ficassem desempregados, retomariam o direito ao benefício, em até dois anos (como um período de experiência), podendo solicitar a reativação do BPC, sem ter a obrigatoriedade de se submeter as avaliações. Além disso, a Lei complementar 142/2013 prevê a redução do tempo de trabalho ou de idade para aposentadoria deste público. Sobre os novos requerimentos ao INSS, o formato para acessar esses benefícios tradicionalmente conhecido não existe mais, e que a partir de 10 de julho, 90% dos serviços do INSS são automáticos, por meio de canais remotos. Ex: BPC, aposentadorias, salário maternidade, entre outros. Esse canal remoto não oferece contato direto com servidor, se justifica em função do reduzido número de funcionários no INSS. Tal medida implantada pelo INSS não atinge somente a agência de Angra, mas também Parati e todas as demais cidades, pois se dá no âmbito nacional, e que mesmo que sejam verificadas situações de extremo risco social pelo serviço social do INSS em nada ela ou a própria agência podem proceder com objetivo de dar agilidade nas respostas as famílias de pessoas com deficiência e idosas, nos casos de BPC por exemplo. Lembra que o Ministério Público já fez uma recomendação ao INSS para abertura de concurso público a fim de suprir esse déficit de vagas. Atualmente o segurado deve registrar seu pedido de benefício via internet ou pela central 135, e solicitar ao INSS ou ele próprio digitalizar os documentos a serem incluídos, além de acompanhar todo o processo de maneira remota, sem contato com o servidor, que pode se comunicar com o segurado por telefone ou e-mail, caso haja necessidade de cumprimento de exigência. Neste momento algumas mães de pessoas com deficiência expõe suas necessidades e dificuldades (de agendamento, tempo de espera no telefone, recusa de atendimento pela agência, site e criação de senha no site com defeito etc.) assim como a assistente social de um CRAS, que atua no território do Belém, explicando que é uma realidade deste equipamento o constante relato das famílias diante das dificuldades enfrentadas junto ao

INSS para reconhecimento de direitos, pois grande parcela da população está em vulnerabilidade e risco social e assim excluída desse tipo de serviço digital, pois a maioria do público não tem facilidade pra lidar com essas formas de atendimento, tampouco tem acesso à internet/ telefone fixo e além disso há um estendido prazo de espera para concessão do BPC, que supera em alguns casos mais de um ano. A técnica do CRAS enfatiza porém que trata de uma questão de seu equipamento, mas não necessariamente de toda Secretaria de Desenvolvimento Social, pois ela não representa toda a Secretaria. Os conselheiros ponderam a importância de requisitar esclarecimentos a esta Secretaria, embora esta assistente social entenda que não seja atribuição da Assistência Social orientar sobre Benefícios cancelados. Esta técnica do CRAS diz também que atendeu uma família que perdeu o BPC por morar em casa de cima que somando a renda com a casa do primeiro piso ultrapassaria a renda que faz jus ao benefício, sendo que até mesmo a equipe do Cadastro Único / Bolsa Família já havia realizado visita domiciliar e avaliado como duas famílias distintas (o caso está em processo). Bethania diz que todos os requerimentos vao pra uma fila única e que é preciso acompanhar pelo site “Meu INSS” ou pelo disque 135 o andamento do processo.

Bethânia num segundo momento explicou que desde janeiro vem acontecendo a revisão de casos de BPC sem atualização ou inclusão de Cadastro Único e antes disso as revisões com batimento de Renda por indício de irregularidade. Jorge opina que deve existir um atendimento direto e personalizado à pessoa com deficiência, mesmo na falta de funcionários, e crê que deveria dar-se o direito ao atendimento preferencial sem fila e com prioridade. Ele pontua que, assim, tem havido uma negligência em relação à pessoa com deficiência. Bethânia lembra que Ministério Público Federal emitiu o documento orientando ao INSS que promovesse concurso público. Rita diz que vai levar para discussão na reunião com a Regional dia 31 de outubro. A presidente admite que posteriormente a questão pode ser levada ao CONADE se for preciso. Os conselheiros combinam a tarefa de cada entidade elencar suas dificuldades diante deste benefício e levar para a próxima reunião, assim como deliberam por elaborar ofícios para as seguintes Secretarias: Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, e por fim, deliberam elaborar ofício ao INSS requisitando respostas sobre esta situação e o número de famílias / beneficiários prejudicados e com benefícios cancelados. Com a união destes documentos o Conselho poderá entrar com uma ação no Ministério Público Federal contra o INSS. Sobre o evento comemorativo do dia 3 de dezembro, último item de pauta, há a possibilidade de realizar dia 5 ou dia 6 de dezembro pela disponibilidade de Dr Caio da OAB, mas isso será rediscutido em outro momento. Sem mais, a Reunião se encerra.

Informes:

- 30 de outubro às 10 horas está agendada uma Reunião de 1 representante deste Conselho com o Promotor do Ministério Público Estadual sobre o Passe Livre (com participação da Prefeitura e da empresa Senhor do Bonfim), às 11 horas haverá uma Reunião com o mesmo Promotor sobre as

condições de acessibilidade dentro do Município, desta vez com 1 representante de cada entidade do Conselho que atende a pessoa com deficiência. Às 14 horas haverá uma peça no Aquidabã do projeto "Escola de gente" da Brasfels que trabalha com PCD (peças inclusivas) e as 18 horas haverá um grupo de prevenção ao suicídio no auditório da Santa Casa, aberto a toda população devido ao alto índice de suicídio último mês, e sem necessidade de inscrição prévia.

Deliberações:

Sobre a Parceria com o Acessuas, no que se refere à capacitação dos "Cadastrados com Deficiência para o Mercado de Trabalho" foi deliberado que haverá nova Reunião com estes, representantes da Pestalozzi e o Promotor do Ministério Público Federal, para amadurecer a ideia, uma vez que pressupõe inserção no mercado de trabalho o mais breve possível, para não gerar falsas expectativas.

Encaminhamentos:

.Os conselheiros combinam a tarefa de cada entidade elencar suas dificuldades diante do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e levar para a próxima reunião.

A Sala dos Conselhos fica responsável por elaborar Ofícios questionando as dificuldades do Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, e ainda Ofício ao INSS requisitando respostas sobre a situação e o número de famílias / beneficiários prejudicados, com benefícios cancelados etc.

Presidente do CMDPD

Secretária Administrativa do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 21 de novembro de 2019

Horário de início: 14h15 min

Horário de término: 16h15min

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Fabiano Vanderlei Leite (Secretaria Executiva de Esporte e Lazer)

Luciane de Carvalho (Instituto de Meio Ambiente de Angra dos Reis - IMAAR)

Moacir Moreira Saraiva (Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio)

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV)

Leomarquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhador do Setor)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

Miquilina Maria Figueiredo Ribeiro (Escola Municipal de Educação de Surdos – EMES)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Pauta:

1ª. Discussão sobre Processo Seletivo da Central de Intérprete no município;

2ª. Proposta referente à Saúde Mental no município;

3ª. Planejamento e organização do 5º Encontro das Frentes de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (6 de dezembro);

4ª. Informações sobre a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Assuntos discutidos /tratados:

A Presidente do CMDPD Rita inicia a reunião contando que a Pestalozzi recebeu R\$ 30.000,00 (trinta mil de reais) de doação do Ministério Público Federal do Trabalho e que com o valor consertou a van,

adquiriu computador, impressora e tinta. Com isso, Rita disse que requereu a lista de documentos necessários para outras entidades pleitearem recursos, pois somente a Pestalozzi está regular dentro das exigências do MP do Trabalho. Rita fica de enviar por e-mail para as entidades. Ela explica que o evento do dia 6 de dezembro contará com 42 cidades e Vanessa Trindade chama atenção em relação ao número de Delegados que iriam para Conferência Estadual segundo Ofício do CONADE que é de 2 a cada 1 milhão de habitantes, mas a população da Região da Costa Verde não soma nem meio milhão. Rita informou que as Frentes de Conselhos já solicitaram uma data de reunião com a juíza Federal para questionar o INSS digital que tem prejudicado os usuários. A assistente social Miquelina propõe a unificação destas queixas em todos os municípios, já que o município não gerencia a Previdência Social e é uma questão de âmbito nacional. Em relação à possibilidade de intérprete de libras para o evento do dia 6 ela diz que é preciso verificar se haverá público, já que os alunos da EMES tem evento pedagógico no mesmo dia (SIC). Rita explica que haverá Resolução com as propostas tiradas no evento do dia 6 e Vanessa Trindade sugere uma Conferência a nível Regional com toda Costa Verde e no dia 2 de abril de 2020, pois nesta data se comemora também o Dia do Autismo. A presidente Rita informa que precisa se ausentar em função de uma Reunião na Defesa Civil às 15 horas sobre Turismo e acessibilidade e sai. Em relação à Primeira Pauta, Miquelina aponta que o intérprete de libras é um canal de acessibilidade indispensável à pessoa com deficiência auditiva e que o concurso em vigência seria uma garantia do processo de implementação da Central de intérpretes, anunciada pela Secretária Célia Jordão no evento de 26 de setembro deste Conselho, porque enquanto exigência requer competência pela certificação. Além disso, este trabalho demanda identidade com o território que atende e com o público específico, assim, um concursado na Central de intérprete daria continuidade ao trabalho em melhores condições do que contratados por RPA (Registro de Pagamento Autônomo). Ela conta ainda que a antiga certificação do MEC previa uma validade, que já venceu. Miquelina diz que há mais de 150 surdos jovens adultos e a preocupação é que muitos estão em crise psiquiátrica e os atendimentos nos casos não são conclusivos por falta de intérprete. Miquelina diz que é preciso pensar em prevenção, promoção e cuidado pois tem mais de 100 crianças na UTI por exemplo. Ela explica ainda que não oficialmente recebeu a notícia de que uma pessoa chamada Luana, convocada pelo Concurso, viria de Rio Claro para assumir o cargo de intérprete, mas que ela ainda não se decidiu. A conselheira Ângela questiona se os cursos da EMES não podem ser válidos. Miquelina explica a Lei Federal que define os parâmetros da regulamentação de libras. Ela cita que só existem duas línguas oficiais no Brasil que é o Português e a Libras e que a oralidade não pode ser obrigatória. Conta que para os cursos de pedagogia e fonoaudiologia é obrigatório uma disciplina do assunto e que esta pode ser eletiva em outros cursos superiores. Ela conta ainda que uma enfermeira discursou na UERJ que uma segunda pessoa num atendimento ginecológico ou para dar um diagnóstico de doença grave onde se garante o sigilo tira o direito da dignidade e igualdade do paciente atendido. Ela reforça que assim o deficiente auditivo

perdeu a visibilidade por não ter o intérprete. Ela conta ainda que convidou um deficiente auditivo para reunião que perdeu o emprego na Drogarias Pacheco em função de exigência de rotatividade no setor de trabalho na qual ele não se sentir apto ao Caixa, pela falta de comunicação adequada. Ela cita que a EMES tem curso voltado para comunidade escolar que não está credenciado e lê que pela lei de 2010 se põe que em nível nacional esse curso necessita ter adequação ao currículo do nível médio profissionalizante ou superior. Ângela crê que vale a pena buscar esta certificação pela EMES. A conselheira Renata questiona qual é a validação do Curso de Braille ofertado pelo CMDPD e o conselheiro Jorge explica que o Braille é apenas um Sistema de Escrita que capacita o aluno a educar a pessoa com deficiência visual enquanto Libras é uma Língua que requer aprofundamento. Ângela sugere convênios e extensão até a nível nacional e diz que o Estatuto da Pestalozzi, por exemplo, considera que esta entidade pode certificar cursos, assim como existe uma faculdade da Pestalozzi em Niterói. Renata reconhece que Libras requer fluência e proficiência que leva algum tempo e por isso entende a dificuldade no reconhecimento das instituições que ofertam cursos rápidos. Miquelina pondera que desde a primeira conferência em 2008 já se trazia a Deliberação da necessidade de uma Central de intérprete nas propostas publicadas numa Resolução, uma vez que foi unânime os conselheiros verem como uma urgência esta Central pela necessidade de atendimento dos deficientes pelos serviços públicos e particulares do município. Delibera-se elaborar um Ofício para Secretaria de Desenvolvimento Social questionando sobre a convocação dos intérpretes para Central de intérprete anunciada no evento de 26 de setembro, com prazo de resposta de até uma semana, e que caso a requisição não seja atendida ou tiver uma negativa, que a situação deve ser encaminhada ao Ministério Público. Em relação à Segunda Pauta, a Proposta apresentada era de realizar uma ação em conjunto com o COMEN (Conselho de Entorpecentes) para requisitar profissionais na área de Saúde mental, pois COMEN já possui processo no Ministério Público sobre o assunto. Assim, o novo conselheiro Fabiano entra em contato com Maria de Betânia, Presidente do COMEN, e informa que será convocado do último concurso 10 psicólogos e que estes candidatos já estão sendo entrevistados pela Secretaria de Saúde. Em relação à Terceira Pauta fica decidido que Renata, Lucinda, Vanessa Trindade, Jerusa e Leomarquia ficarão na Recepção do evento e já credenciando as assinaturas dos participantes orientando a divisão por Eixo Temático /Grupo de Trabalho, mas Leomarquia talvez não participe à tarde por conta da FLIP já que trabalha em creche e acredita que seja um evento voltado para a leitura da pré-escola. Miquilina lembra que para os Grupos de Trabalho devem ser posto cadeiras na parte externa e que seria interessante um mediador para cada Eixo, mas Jorge diz que isso já foi resolvido. Miquilina se compromete a fazer cartazes de cada Eixo temático para facilitar a identificação dos Grupos e se define que cada Grupo deve ter aproximadamente 24 pessoas, já que são 5 Eixos e o público máximo que o espaço comporta é de 120 pessoas. Para identificação e separação dos Eixos Ângela sugere adesivos circulares coloridos e Miquilina números nos crachás dos participantes Por fim, Jorge explica que se concluirá o biênio do CMDPD neste mês e que em

12 de dezembro é necessário convocar as entidades para nova composição, além de ser a Eleição da Nova Diretoria. Ele informa que já foi realizado Ofícios solicitando as indicações das Secretarias e que já estamos obtendo respostas. Preocupa-se que nessa Resolução de convocação deve estar claro o recorte das entidades que atuam diretamente com as pessoas com deficiência. Ele também informa que neste mesmo dia 12, além da Assembleia das entidades haverá a Eleição da diretoria do biênio 2019-2021. Miquilina chama atenção que o conselho é uma obrigação do poder público mas para a sociedade civil é uma necessidade e que a força deve advir desta condição. Miquelina pergunta se haverá alguma apresentação cultural e lamenta não haver porque seria uma oportunidade de dar visibilidade às condições em que as pessoas com deficiência vivem, pois o poder público deve pôr na agenda a Lei de inclusão. Jorge e informa que as ações de acessibilidade vão se iniciar no centro da cidade e que posteriormente seriam estendidas para outros bairros. Ângela aponta que o Parque das Palmeiras tem duas escolas de atendimento especial além da Pestalozzi e Associação dos aposentados e que assim deve ser feito em outros bairros simultaneamente. Jerusa se oferece a fazer a caminhada e juntar fotos do Parque Mambucaba para endossar o dossiê deste trabalho e diz que apoia ser feita em outros bairros também. Cita-se a Japuíba sem calçadas e com calçadas curtas. Jorge crê que por etapas é mais fácil conquistar aos poucos. Miquilina chama atenção de que as barreiras não são apenas arquitetônicas, mas também de sinalização comercial como as preferências e prioridades apontadas no nos ônibus da Bonfim por exemplo, com símbolo do autismo. Jorge conta que já foi pensado em uma conscientização nos ônibus fazendo discurso sobre a necessidade de assentos, mas que o processo não teve continuidade. Sobre a Quarta Pauta, informa-se os cinco eixos temáticos decididos pela Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência. São eles: 1) Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada a participação das pessoas com deficiência; 2) Garantia do acesso das pessoas com deficiência às Políticas Públicas; 3) Financiamento das Políticas Públicas da pessoa com deficiência; 4) Direito e acessibilidade; e 5) Desafios para comunicação universal. A reunião se encerra às 16:15 horas.

Informes:

Caminhada deste Conselho com o Promotor do Ministério Público Estadual para verificar as condições de acessibilidade dentro do Município dia 27 de novembro às 10 horas (saída da Sala dos Conselhos).

Ângela informa que os médicos precisarão pagar ao CREMERJ (e também a instituição que possui médicos) e que cada instituição pode solicitar uma isenção de até 20% até no máximo Janeiro de 2020.

Deliberações:

Delibera-se elaborar um Ofício para Secretaria de Desenvolvimento Social questionando sobre a

convocação dos intérpretes para Central de intérprete anunciada no evento de 26 de setembro, com prazo de resposta de até uma semana, e que caso a requisição não seja atendida ou tiver uma negativa, que a situação deve ser encaminhada ao Ministério Público.

Encaminhamentos:

O CMDPD fica de elaborar um Ofício solicitando a liberação de Leomárquia da Escola Santos Dumont, onde trabalha, para o dia 6 de dezembro de 2019.

Fica decidido que Renata, Lucinda, Vanessa Trindade, Jerusa e Leomarquia ficarão na Recepção do evento de 6 de dezembro de 2019 e já credenciando as assinaturas dos participantes orientando a divisão por Eixo Temático /Grupo de Trabalho

Vice-Presidente do CMDPD

Secretária Administrativa do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 12 de dezembro de 2019

Horário de início: 14h15 min

Horário de término: 16h30 min

Local: Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:

Fabiano Vanderlei Leite (Secretaria Executiva de Esporte e Lazer)

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Marília Marques Silveira de Araújo – Secretaria Municipal de Saúde

Moacir Moreira Saraiva (Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – SDSP)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Edília de Fátima do Carmo (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV)

Leomarquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhador do Setor)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demildo da Silva Rosa (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

Demais participantes:

Emanuel Oliveira do Nascimento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Leonardo Bastos (Acessibilidade Angra Eficiente - A.A.E.)

Rosemary Maria dos Santos (Acessibilidade Angra Eficiente - A.A.E.)

Idmar Bastos Cordeiro (Acessibilidade Angra Eficiente - A.A.E.)

Pauta:

1ª. Retorno sobre o evento de 6 de dezembro (5º Encontro das Frentes de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência) e possibilidade de publicar o Relatório e as contribuições dos Grupos de Trabalho por eixos temáticos em Resolução do CMDPD;

2ª. Eleição da Diretoria do CMDPD para compôr o Biênio 2019-2021;

3ª. Assembleia de Entidades da sociedade civil do CMDPD para compôr o Biênio 2019-2021;

4ª. Planejamento da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Assuntos discutidos /tratados:

A Presidente do CMDPD Rita inicia a reunião e cumprimenta a todos, distribuindo uma ficha que veio do Ministério Público Federal do Trabalho para que as entidades possam fazer seu cadastro junto a este Ministério, para possibilidade de receber algum auxílio financeiro para o desenvolvimento do trabalho com seus usuários e/ou sua manutenção. Rita solicita que todos se apresentem. Segue-se para Terceira pauta: Assembleia de Entidades. A conselheira Leomarquia, representante dos trabalhadores, mãe de deficiente e servidora, faz uma defesa para permanecer no CMDPD, já que se tem um processo em andamento que trata-se da redução de carga horária de mães servidoras que tem filho com deficiência e que no começo do ano foi negado, mas o conselho preparou uma Minuta de Projeto de Lei encaminhada para a Câmara Municipal e também aos órgãos pertinentes, que já que foi aprovada na Câmara por oito vereadores pleiteando assim a inserção na Lei orgânica Municipal do direito destas mães servidoras. O conselheiro Jorge Luiz, representante da APADEV, deficiente visual, faz uma defesa da permanência da entidade no CMDPD uma vez que possui 20 anos de funcionamento em Angra dos Reis e que durante esse tempo vem participando ativamente das políticas públicas sociais, tendo contribuído para criação e manutenção de uma escola de deficientes visuais e que também vem provocando a mudança na cidade de leis e de atitude. Complementando a fala de Jorge, a Presidente da APADEV Edília aponta algumas ações e atividades que a entidade oferece como, por exemplo, caminhada de prevenção ao glaucoma, apoio a outras entidades, aula de violão, de braille, de libras tátil, informática e inglês, além do apoio de profissionais voluntários como psicanalista, nutricionista e assistente social. A conselheira Jeruza, representante da APAE, do Parque Mambucaba, revela que a entidade possui uma equipe de assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, etc. e que ela manifesta interesse em permanecer no CMDPD, citando no entanto algumas dificuldades financeiras que pode implicar na continuidade do trabalho da entidade no município. A conselheira Marilda, representante da CDA, diz que em 2013 formou-se a Comissão em função de Lei que não contemplava o direito dos autistas. Conta que esta Comissão de mães, divulgadora do autismo, socializa informações sobre os sintomas, possibilidades etc. Revela ainda que em 2019 os autistas somam um número bastante significativo no município que não existia em 2013. Cita o direito da prioridade do autista a frente de outras deficiências e explica que inclusive possuem uma carteirinha de identificação, para que eles não permaneçam nas filas de bancos por exemplo. Ela ressalta que este Conselho já fez várias reuniões com os gerentes de bancos e que ficou acertado que esse público não mas ficaria na fila, para não prejudicá-los em função de irritabilidade, contudo uma mãe informou que foi ao banco e infelizmente teve que ficar na fila, pois um funcionário alegou não ter conhecimento desta lei e pediu para ver, e sendo assim não adianta somente informar aos gerentes, mas é necessário saber o que de fato está acontecendo nas agências, já que os assuntos que foram tratados em reunião devem ser repassados aos funcionários. Para ela este tipo de situação relatada pela mãe se

traduz em constrangimento para estas mães, que teriam que ficar mostrando a lei para garantir os seus direitos. Marilda então fez a defesa de permanência da entidade no Conselho, uma vez que este vem dando a devida atenção ao seu público, que são as pessoas com deficiência, no âmbito de defesa de direitos desde a inserção dos autistas nos equipamentos. Ela ressalta ainda que essas crianças estão sendo atendidas, mas que ainda precisamos fazer ajustes em forma de lei, pois existem 15 famílias que estão com os filhos na UTD-TEA e estão pleiteando vagas em escolas particulares. A conselheira Ângela, representante da Pestalozzi, fez uma explanação dos projetos realizados na entidade. Ela diz que as crianças que são assistidas têm oficinas de confecção de lanternas, têm um projeto com a Marinha, têm o centro de convivência, e têm a socialização muito trabalhada, além de fono e psicólogo. Ela diz que no momento contam com 360 assistidos e ainda assim algumas pessoas não são mais atendidas por conta de obra que houve na Pestalozzi que prejudicou o retorno das atividades, apesar de ainda aguardarem essas 80 pessoas. Além disso existe uma fila de espera, já que a Pestalozzi não tem recurso o suficiente para manter toda a demanda do município dentro dessa instituição, embora esteja fazendo aquilo que ela pode fazer dentro de suas condições financeiras. Ela revela que a Pestalozzi tem mais de 40 anos no município e que é uma instituição séria, tanto quanto as outras, e disse que é muito importante a participação no Conselho por conta da visibilidade para instituição e também pelo apoio que tem prestado a este conselho para desenvolver melhores trabalhos, trocando assim conhecimento e enriquecendo mutuamente seus trabalhos. O participante Leonardo, fundador da entidade A.A.E. coloca então o desejo de fazer parte deste conselho, pois a entidade tem um trabalho no município e vem sendo desenvolvido com a pessoa com deficiência. A Presidente do Conselho e presidente da AADEF Rita também faz sua fala sobre o estatuto da AADEF que objetiva também defender os direitos da pessoa com deficiência e inseri-los no mercado de trabalho, no esporte, na saúde, no lazer, na educação, e levar informação para pessoa com deficiência da melhor forma possível. Rita cita a parceria em andamento desta entidade com a Pestalozzi e o Ministério Público Federal do Trabalho no intuito de inserir pessoas com deficiência do município no mercado de trabalho e que já foi feito o Primeiro Cadastramento neste sentido. Ângela informa sobre um projeto de compostagem, que seria para as instituições venderem um produto em parceria com SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e receber desconto na conta de água, assim, as entidades devem trabalhar em seus bairros para sensibilizar os moradores a serem colaboradores nessas contas de água e aí esse valor excedente ficaria então para as entidades. Ela fala sobre o Fundo Municipal da Criança e do adolescente, e que as entidades podem fazer um projeto de prevenção para captação de recursos e que esse Fundo que fica no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), mas que pode ser pleiteado por entidades que tenham projetos voltados para a criança ou adolescente com deficiência, mas que não seria um projeto de manutenção da entidade e sim para um projeto específico. É colocado em votação para que pudessem se candidatar todos os presentes. Leonardo retira a candidatura da A.A.E. por reconhecer o preparo e engajamento

maior das entidades que se apresentaram, mas manifesta interesse de participação das reuniões enquanto ouvintes / observadores e assim permanecem em eleição as mesmas entidades que já compõe o CMDPD para o biênio 2019 /2021. Todos concordam. Ficam eleitas assim as seguintes entidades da sociedade civil para compor o CMDPD no biênio 2019 /2021: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ANGRA DOS REIS; ASSOCIAÇÃO ANGRENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS – AADEF; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS – APADEV; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANGRA DOS REIS – APAE; COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO DO AUTISMO – CDA e TRABALHADORES DE SETORES QUE ATENDEM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Rita cita que, em função da Segunda Pauta é necessário também eleger a composição da nova diretoria do Conselho, deixando em aberto para que as entidades pudessem se manifestar dizendo se gostariam de fazer parte desta nova diretoria,, assim como o governo que teve a oportunidade de lançar a sua candidatura. Não há nenhum interessado em assumir a diretoria do Conselho, então a presidente Rita de Fátima diz que deseja permanecer dando continuidade se reeleita, por conta de vários processos em andamento (de reivindicação, de acordo etc.) e pela parceria que já estabeleceu com o MP estadual, MP Federal do trabalho, OAB etc. frisando que se nesse momento houvesse uma troca poderia ocorrer uma perda para o público destes processos, mesmo que fosse passado para outra pessoa, pois muitos estão tramitando em juízo. Ela coloca que Jorge é o único que tem conhecimento de causa, pois as demais pessoas têm o conhecimento mas não tem o dia a dia e o seu cotidiano ligado a estes fatos. Então ela também defende a permanência de Jorge na vice-presidência já que é um funcionário capacitado que dá conta do trabalho com excelência. Jorge aceita a proposta e foi aclamado então a permanência de Rita de Fátima dos Santos como Presidente para o biênio 2019/2021 e Jorge Luiz da Silva Nunes como vice-presidente para o biênio 2019/2021. A conselheira Leomarquia se elege para 1ª Secretária e a conselheira Ângela se elege como 2ª Secretária. É posto em votação e aprovado por unanimidade a composição desta Chapa. A Presidente Rita de Fátima conta que já fez propostas de emendas parlamentares por parte deste Conselho solicitando brinquedos adaptados para a praça e também computadores. Vanessa, coordenadora da juventude e da pessoa com deficiência relata que este Conselho já está estruturado, mas Rita alega que não está estruturado da forma como deveria e que precisa de equipamentos do próprio Conselho. Segue-se para Primeira Pauta. São lidos os eixos da próxima Conferência da pessoa com deficiência que ocorrerá provavelmente em abril, mas que o evento de Frentes de Conselhos do Estado do Rio de Janeiro no dia 6 de dezembro no CEA, onde estiveram presentes várias autoridades reunidas (representantes de comissões de direitos da pessoa com deficiência no estado, que em alguns municípios já que estiveram presentes, frentes Litorânea como a de Cabo Frio, na região dos lagos, Baixada Fluminense, Região da médio Paraíba, Mangaratiba, Rio Claro e alguns outros conselhos, como o de Assistência de Itaguaí etc.) e foi um momento de discussão e elaboração de propostas. Estas foram lidas por eixos / grupos de trabalho, e a

Presidente salienta que algumas coisas ali não são de pertinência do Conselho, pois são coisas judiciais, e que entretanto pode-se ajustar os termos verbais, mas que este relatório não deve ser publicado. Ela opina que não é um relatório de Conferência, já que não houve uma conferência e sim um evento do Conselho fechando a semana do Dia internacional da pessoa com deficiência para socializar o que vem acontecendo com a política pública para pessoa com deficiência no município e no Estado como um todo, já que o próprio Estado se fez presente neste evento, com juízes, advogados, promotores, professores, pesquisadores das políticas públicas etc. Então este relato deve ser apenas um adiantamento desta discussão que ocorrerá na Conferência da pessoa com deficiência. A Presidente esclareceu a todos os conselheiros, inclusive para Vanessa, que não serve enquanto relatório de Conferência e sim como um estudo e adianto das discussões, já que a conferência ocorrerá e tirará as prévias nas pré-conferências, quando levaremos estas contribuições para o público, conselheiros, instituições e toda a sociedade civil e também governamental. Rita diz que a pesquisa dos documentos que receberemos do próprio CONADE apontará o que poderemos aproveitar deste resumo, no que for pertinente a Conferência e o que descartaremos, por não ter coerência com o relato que vier da proposta Conferencial. Rita revela que está na coordenação da frente da Costa verde frente que é composta por Angra, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica e Rio Claro. Diz que o trabalho se dá visitando e levando propostas, além de buscar parcerias com governos, para que possa dar estrutura aos conselhos fazendo-os funcionar, dizendo como é importante. Diz que não entende um conselho como espaço para ficar criticando o governo e sim como fiscalizador e que tem por obrigação trazer à visão da sociedade e à visão do governo a realidade que vive uma pessoa com deficiência assim como a Lei de inclusão. Assim é um conselho inserindo um cidadão dito normal no contexto do cidadão com deficiência e este é o papel do Conselho, que vem tentando trabalhar de uma forma coerente com a política pública para pessoa com deficiência. Rita agradece a todos e sugere deixar a análise mais profunda do evento para uma próxima oportunidade.

Informes:

- 1)** Obtivemos Resposta de Ofício 132/2019/CMDPD para SDSP sobre Central de Intérprete no município. A Secretária Célia Jordão informou que já havia requisitado 2 intérpretes para esta Secretaria antes mesmo do anúncio em 26 de setembro.
- 2)** Realizamos Caminhada deste Conselho com o Promotor do Ministério Público Estadual (Daniel Marones) para verificar as condições de acessibilidade dentro do Município no dia 27 de novembro às 10 horas (a partir da Sala dos Conselhos) e uma reunião posterior resultou em proposta de Criação de um Grupo de Trabalho com técnicos da Prefeitura (arquitetos, engenheiros etc), conselheiros do CMDPD e técnicos do Judiciário (estes últimos que o Promotor ficou de fazer uma recomendação) para atuar nos moldes do município de Sao José dos Campos, que Professor Cagere (EMDV) indicou, pelo trabalho

contínuo de manutenção de calçadas, assim como programas do Rio de Janeiro de mobilidade urbana.

Deliberações:

Fica aprovada, por unanimidade, que as mesmas entidades e representações da sociedade civil permanecem no CMDP, quais sejam:

- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ANGRA DOS REIS
- ASSOCIAÇÃO ANGRENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS - AADEF
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS - APADEV
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANGRA DOS REIS - APAE
- COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO DO AUTISMO - CDA

TRABALHADORES DE SETORES QUE ATENDEM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Fica aprovada, por unanimidade, a composição da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, para o Biênio 2019-2021, na forma abaixo:

- Presidente: **Rita de Fátima dos Santos** – Associação Angrense de Deficientes Físicos
- Vice-Presidente: **Jorge Luís da Silva Nunes** – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais
- 1ª Secretária: **Leomárquia Gonçalves da Silva Libório** – Trabalhadora de Setor que atende a Pessoa com Deficiência
- 2ª Secretária: **Ângela Maria de Moura Sena** – Associação Pestalozzi de Angra dos Reis.

Encaminhamentos:

Será elaborado e publicado no B.O, do município Decreto nomeando a composição do CMDPD para o biênio 2019 /2021

Será elaborada e publicada no B.O, do município a Resolução com a composição da Diretoria do CMDPD (2019 /2021)

Vice-Presidente do CMDPD

Presidente do CMDPD